



© OSWALDO BRAGA/ISA. A GRANDE MARCHA INVADE AS RUAS DO RIO DE JANEIRO.



© OSWALDO BRAGA/ISA. O CACIQUE MONI, DURANTE PROTESTO CONTRA BELO MONTE.

RIO+20

Sociedade civil protesta contra documento oficial da conferência e vai às ruas contra os retrocessos socioambientais do governo Dilma. • P.13



© CLAUDIO TAVARES/ISA. MARCHA A RE CONTRA AS MUDANÇAS NO CÓDIGO FLORESTAL.

Rede de Sementes cresce e fortalece suas atividades

Em julho, o governo de Mato Grosso decretou o fim da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produção e comercialização de sementes e mudas florestais nativas com finalidade de recuperação de áreas degradadas no estado. Essa era uma reivindicação da Rede de Sementes do Xingu – que atende as demandas dos projetos de restauração ecológica da Campanha Y Ikatu Xingu, da qual o ISA é uma das organizações articuladoras, desde sua criação em 2007. Até então, MT cobrava 17% de ICMS para emissão de nota fiscal sobre qualquer semente florestal, além de R\$ 16 por guia – valor cobrado pelas agências municipais. O decreto nº 1238, de 10 de julho de 2012, equiparou as sementes florestais nativas às agrícolas, já isentas do imposto. É mais um incentivo aos coletores e aos produtores rurais mato-grossenses que ainda têm passivos para recuperar.

O Fundo Rotativo da rede que concede crédito aos coletores e era gerido pelo ISA passou para uma instituição especializada em concessão de microcrédito, a Organização Eco-social do Araguaia (Oeca). Para 2012, o fundo pretende aprovar 35 projetos, beneficiar 13 grupos coletores e disponibilizar R\$ 29,5 mil. O crédito pode ser solicitado para aquisição de materiais de insumo básico para coleta, transporte, beneficiamento e armazenamento de sementes. Além disso, novos grupos continuam a se incorporar à rede. É o caso das mulheres karajá, da Ilha do Bananal (TO). A adesão se consolidou em maio por meio de uma parceria entre a Associação Nossa Senhora de Assunção (Ansa) – entidade responsável pela Rede de Sementes do Xingu em São Félix do Araguaia, e a Associação de Mulheres da Aldeia JK (Ahima JK).

Enquanto isso, a rede se consolida no Parque Indígena do Xingu. Em julho, foi realizada uma reunião na Coordenação Técnica Local (CTL) Diauarum, com indígenas das etnias Ikpeng,



© ANTON VINCIGLIA

As mulheres indígenas são as principais responsáveis pela coleta de sementes nas aldeias

Panará, Yudjá, Kawaiwete e Waurá para avaliar o trabalho realizado em 2011, apresentar a reestruturação da rede e explicar as mudanças na concessão do microcrédito aos coletores.

Duas novas casas de sementes também foram inauguradas no mês de abril: em Porto Alegre do Norte e Nova Xavantina (MT). Cada uma terá capacidade de armazenar quatro toneladas, dando mais autonomia aos coletores. Agora são quatro casas no leste mato-grossense, e uma em construção na aldeia Tuba Tuba, no Parque do Xingu.

Ao longo de cinco anos, a Rede contabiliza a participação de 21 municípios, 17 aldeias e 18 assentamentos no estado. Até a safra de 2011, comercializou 71 toneladas de sementes, gerando R\$ 777 mil de renda para seus participantes.

SAIBA MAIS EM:

www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3547 e 3618



© DIEGO ALVES/EMBRAPA AGRROSSILVIPASTORIL

Ingo Isernhagen fala sobre experimento pioneiro na Fazenda Angaiá

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3575

Sistemas de produção em Reserva Legal são foco de “dia de campo” em Canarana

O encontro promovido em junho pelo ISA, Embrapa, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana e a empresa de biotecnologia agrícola Pioneer trouxe à tona a discussão sobre produção e conservação em Reserva Legal (RL). E acabou por reunir mais de 40 pessoas no dia de campo realizado na fazenda Esperança. Produtores rurais, técnicos de revendedoras de produtos agrícolas e de instituições de pesquisa e ensino participaram das atividades.

A ideia foi mostrar a viabilidade da restauração e do uso econômico da Reserva Legal nas propriedades rurais por meio de um experimento pioneiro em Mato Grosso, que vem sendo implantado desde o final do ano passado pela Embrapa em parceria com o ISA na fazenda Angaiá, em Canarana. Em dezembro de 2011 foram plantados 14 hectares, utilizando 16 espécies nativas de uso econômico e que contribuirão para a restauração ecológica da área, conciliando conservação e produtividade.

Os modelos implantados visam testar diferentes arranjos de espécies nativas e exóticas, e também comparar as técnicas de plantio – o plantio convencional de mudas e a semeadura direta mecanizada. Com apenas seis meses, o experimento vem se desenvolvendo de forma satisfatória. “Como o tema é novo foi possível notar que o público ainda estava tímido em relação ao detalhamento operacional de implantação e manejo da Reserva Legal restaurada. Mas teve um crescente interesse na área visitada, quando o pessoal foi reconhecendo espécies que normalmente são encontradas na região, e que nunca foram

vistas como algo que pode dar retorno econômico”, afirma Ingo Isernhagen, biólogo, pesquisador da Embrapa Agrossilvipastoril e coordenador do projeto de uso econômico da RL.

Os valores de retorno apresentados pela Embrapa, apesar de conservadores, já apontaram um cenário interessante para os produtores participantes do dia de campo. De acordo com Ingo Isernhagen, um modelo de plantio utilizando somente espécies nativas pode atingir até R\$ 15 mil por hectare, levando-se em conta somente a extração de madeira para lenha e tora. Esse valor pode subir para R\$ 350 mil por hectare com a inclusão do mogno africano no sistema. “É fundamental ter pesquisas e iniciativas que mostrem que plantar florestas pode ser vantajoso economicamente e esse trabalho de sistemas de produção em Reserva Legal é um importante começo”, avalia Rodrigo Junqueira, coordenador adjunto do Programa Xingu, do ISA. A expectativa é que o evento volte a acontecer na região mostrando que é possível produzir, respeitando as áreas legalmente protegidas.

O “dia de campo” faz parte das ações do projeto Preparando o Brasil para o Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), que conta com a participação da TNC (The Nature Conservancy), ISA (Instituto Socioambiental), ICV (Instituto Centro de Vida), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e Fundo para Defesa Ambiental (EDF). O projeto tem apoio da Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

Projeto promove imersão em três quilombos na região do Vale do Ribeira (SP)

O ISA, o Núcleo Oikos, o Instituto Eco-Social e a Tory-Viaje na Sustentabilidade promoveram em julho uma viagem de imersão de quatro dias ao Vale do Ribeira como parte do projeto Conexões Vale do Ribeira. O objetivo é estabelecer pontes entre essa região do sul do Estado de São Paulo e pessoas interessadas em conhecer o seu patrimônio socioambiental e pensar em soluções para os desafios locais. Daí a ideia das viagens de imersão, que permitem intensa vivência da realidade local, com a utilização de metodologias que propiciam o aprofundamento da experiência e a troca entre os participantes e os lugares visitados. Além do apoio ao turismo de base comunitária local, as viagens devem gerar momentos de grande aprendizagem aos parti-

SAIBA MAIS EM:
[www.socioambiental.org/
nsa/detalhe?id=3631](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3631)

cipantes, a partir da sensibilização, da prática e das provocações que elas proporcionam. Sem falar do privilégio que é ter contato constante com a exuberância da Mata Atlântica desta região paulista.

As experiências de imersão vêm acontecendo desde 2010 e o itinerário proposto se insere no recém-lançado Circuito Quilombola, roteiro de turismo de base comunitária que envolve sete territórios quilombolas da região. Essa viagem, que teve a participação de 15 pessoas de diferentes idades e origens, ficou restrita a três quilombos: Ivaporunduva, André Lopes e Sapatu, com visitas à cidade de Eldorado, a mais próxima dessas comunidades, e ao Parque Estadual da Caverna do Diabo. A expectativa é que essas viagens motivem propostas empreendedoras para a região, ancoradas na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Altamira cria Observatório Ambiental para monitorar o desmatamento e articular as boas práticas

Uma parceria entre a prefeitura de Altamira, o ISA, The Nature Conservancy (TNC) e o Imazon criou, em junho, o Observatório Ambiental com o objetivo de monitorar o desmatamento ilegal no município paraense. Altamira está na lista dos municípios que mais desmatam na Amazônia brasileira. Para sair dela e acabar com os embargos econômicos vinculados a quem integra a lista, o município tem tomado algumas medidas.

A última delas foi a criação do Observatório, ideia surgida a partir de uma demanda do Grupo Municipal de Combate ao Desmatamento, que entrou em funcionamento em 2011. A ideia era ter uma estrutura vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Altamira (Semat), mas com participação efetiva de

organizações que tivessem experiência e atuação na área para otimizar o combate ao desmatamento.

SAIBA MAIS EM:
[www.socioambiental.org/
nsa/detalhe?id=3604](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3604)

O Observatório está agora em fase de regulamentação e estruturação física e deve começar a funcionar de fato em agosto. Data também prevista pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo para o início da intensificação do desmatamento em algumas regiões. Como a tendência é que o desmatamento cresça especialmente nas áreas que são muito distantes da sede do município, o Observatório é uma ferramenta para atenuar essa situação.

O ISA está na equipe técnica executora ao lado do Imazon, da TNC e da própria Semat e seu trabalho se dará, sobretudo, na análise de imagens de satélite correspondentes às Unidades de Conservação e das Terras Indígenas, além da realização de análises de vetores de degradação nesses locais. Também integram o Observatório o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira e os membros do Grupo Municipal de Combate ao Desmatamento.

Rede Terra do Meio debate desafios e estratégias para a região

A formulação de políticas públicas para a Terra do Meio (PA), o desenvolvimento e articulação das diversas cadeias produtivas da Bacia do Rio Xingu e o processo de formação do Comitê da Bacia estiveram na pauta do 7º Encontro da Rede, realizado entre 21 e 23 de maio, em Altamira (PA).

Foi organizado pelo ISA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pela Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). A novidade este ano foi o intercâmbio com atores da parte mato-grossense da Bacia do Xingu. Representantes da Articulação Xingu Araguaia (AXA), da Rede de Sementes do Xingu, e do Parque Indígena do Xingu, compartilharam suas experiências de organização e de desafios regionais das redes, como a recuperação de vegetação nativa e de geração de renda a partir da floresta em pé e somaram esforços na conversa sobre a possibilidade de formação de um Comitê de Bacia do Rio Xingu, discutindo propostas e levantando sugestões. Entre outros temas foram debatidos projetos produtivos com apresentações do Instituto Kabu, Associação Floresta Protegida, Atix (Associação Terra Indígena Xingu) e associações extrativistas. Todos têm em comum os desafios e formas de solucionar os gargalos na comercialização de seus produtos e as soluções encontradas por alguns deles podem ser compartilhadas.

Outro tema de destaque na reunião foi o debate sobre a formalização do Mosaico de Áreas Protegidas da Terra do Meio. Em discussão desde 2007 nas reuniões da Rede, o tema ganhou agora uma agenda que caminha para a formalização, com comprometimento da Funai, ICMBio e organizações da sociedade civil, incluindo representantes das populações dessas áreas. Foi constituído também um grupo de trabalho para analisar e atuar na proteção e regularização fundiária. Dois diagnósticos foram apresentados – um do histórico de ocupação e situação atual da Terra Indígena Cachoeira Seca e outro delineando a situação de degradação da região como um todo, comparando os anos de 2005 e 2011, mostrando redução do desmatamento e regeneração de áreas. Esse diagnóstico revelou também um aumento no roubo de madeira, especialmente em alguns pontos da Resex Riozinho do Anfrísio, TI Cachoeira Seca e na Estação Ecológica Terra do Meio.

Fórum formado por institutos de pesquisa, governo e organizações não governamentais, a Rede Terra do Meio busca caminhos para a consolidação do Mosaico da Terra do Meio, no Pará – bloco de áreas protegidas de um dos maiores corredores de diversidade socioambiental do mundo.



PENSO, LOGO
COEXISTO.



© MARCIO SOUZA/ISA

Extração de castanhas do Pará nas Reservas Extrativistas

Reservas extrativistas da Terra do Meio comercializam castanha a preço justo

Da mesma forma como a borracha - produzida pelos seringalistas das Resex do Iriri, do Riozinho do Anfrísio e do Xingu, na Terra do Meio (PA) - é vendida a preço justo para a empresa Mercur, a produção de castanha do Brasil das três reservas extrativistas segue o mesmo caminho. A Ouro Verde, empresa que comercializa exclusivamente produtos feitos a partir de castanhas, finalizou em julho a aquisição de 50 toneladas do produto. Nesse primeiro teste de comercialização, os moradores receberam preço justo por parte da produção comercializada, valorizando boas práticas de manejo das castanhas.

Em parceria com as associações de moradores das três Resex e núcleos familiares interessados, o Programa Xingu do ISA e a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) incentivaram a construção de paiois de armazenamento nas reservas extrativistas doando o material necessário para a construção, itens de alimentação para as famílias no período da construção e em alguns casos mão de obra especializada. Com os paiois, as castanhas ficam secas e selecionadas e podem ficar armazenadas por mais tempo mantendo a mesma qualidade e as associações e núcleos familiares conseguem firmar contratos melhores de compra e venda.

Por meio de um projeto do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS) apresentado por associações indígenas e extrativistas, foi alugado um galpão de armazenamento em Altamira, para onde os interessados podem levar sua produção. Na safra, a Ouro Verde retira o produto na cidade, em data marcada com antecedência, e faz os pagamentos aos produtores. Tudo é vendido com nota fiscal emitida ou pelas associações ou por pessoas físicas cadastradas na Secretaria da Fazenda do Estado do Pará. Um novo ciclo de negociação está previsto para novembro.

Com essa parceria com a Ouro Verde, os moradores das Resex ganharam uma opção diferenciada de comercialização, saindo da informalidade e tendo o produto mais valorizado. Um efeito interessante observado na região é que outros compradores aumentaram os preços para competir com o preço ofertado pela Ouro Verde. Para se ter uma ideia, no início da safra o preço oferecido localmente era menos que a metade do que foi pago pela Ouro Verde.

Curtas

JOVENS YE'KUANA FALAM DAS DIFICULDADES NA CIDADE. A

Associação do Povo Ye'kuana do Brasil (Apyb) realizou em Boa Vista (RR), em maio, o I Encontro dos Jovens Ye'kuana, em parceria com o Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima e apoio do ISA. Os Ye'kuana vivem na Terra Indígena Yanomami em Roraima. Aproveitando a presença na cidade de Vicente Castro, o mais antigo e prestigiado xamã dos Ye'kuana, a Apyb organizou uma conversa com os jovens que cursam ensino fundamental e médio na cidade, onde enfrentam várias dificuldades: desde problemas financeiros e barreiras linguísticas, até a ausência de espaços para vivenciar a sua cultura. Por conta disso, a Apyb decidiu promover encontros trimestrais com o grupo, de modo a garantir seu acompanhamento na cidade. Reinaldo Ye'kuana, diretor da Escola Indígena Apolinário Gimeses, da comunidade de Fuduuwaduinha, região do Auaris, falou sobre o Projeto Político Pedagógico das escolas Ye'kuana, que estão passando por um processo de reformulação, para elaborar currículos diferenciados que valorizem os conhecimentos tradicionais e as autopesquisas.

SAIBA MAIS EM:

www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3546



© FOTOS: JULIANA FERREIRA/ISA

Quilombolas de Sapatu apresentam a dança da Nha Maruca

Quilombos do Vale do Ribeira têm espaço no Revelando São Paulo

Entre 6 e 10 de junho, o município de Iguape (SP), a cerca de 200 quilômetros de São Paulo, sediou a edição do Revelando São Paulo – Vale do Ribeira, festival que busca dar voz às expressões da cultura popular e tradicional paulista. Além da cidade de São Paulo, o evento conta com mais três edições regionais: Vale do Paraíba, Vale do Ribeira e Região Bragantina.

O Espaço Quilombola faz parte da programação permanente do evento e nele as

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3570

comunidades quilombolas podem comercializar produtos como doces, biscoito de goma, farinha de mandioca e artesanato tradicional feito de cipó timbopeva e taquara, entre outros. No espaço, foi montada uma exposição para mostrar o modo de vida quilombola por meio de peças que fazem parte de sua tradição cultural. Dois monitores das comunidades de Pedro Cubas e Ivaoporunduva guiaram os visitantes. Além disso, os quilombos realizaram apresentações culturais. No dia 8, duas comunidades de Barra do Turvo se apresentaram: o Quilombo Reginaldo com a *Romaria de São Gonçalo* e o Quilombo Cedro com a celebração *Recomendação das Almas*. No dia 9, foi a vez do Quilombo Sapatu, de Eldorado, que apresentou a dança da Nha Maruca.

O objetivo do Espaço Quilombola é divulgar e fortalecer as manifestações culturais quilombolas no Vale do Ribeira. Ele foi construído pelas comunidades de Abobral, Cangume, Cedro, Ivaoporunduva, Mandira, Morro Seco, Nhunguara, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Porto Velho, Reginaldo e São Pedro, apoiadas pelo Instituto Socioambiental e pelo Itesp.



© FOTOS: JULIANA FERREIRA/ISA

No Espaço Quilombola, comunidades mostram seus modos de vida

Oficinas de prevenção ajudam a reduzir incêndios no Xingu

Em junho e julho, a equipe do ISA percorreu aldeias de cinco etnias do Parque do Xingu (MT) para avaliar o trabalho realizado em 2011 e traçar estratégias para evitar o crescimento de focos de queimadas na Terra Indígena este ano. Para isso, é preciso estabelecer pactos, normas e condutas de boa vizinhança para prevenir que o fogo se espalhe. O trabalho de prevenção no Parque do Xingu é feito há cinco anos por meio de oficinas e se estende até o início das chuvas, com acompanhamento dos processos de queimada controlada e de supressão de pequenos incêndios.

Participaram da primeira etapa do trabalho, mais de 170 indígenas de cinco etnias diferentes. Foram visitadas aldeias onde as ações já estão consolidadas, caso dos Waurá, Yudja e Kawaiwete e também as aldeias Ipatse, do povo Kuikuro, e Boa Esperança, do povo Trumai, que até então não participavam do projeto. As aldeias dos Ikpeng e dos Kisêdjê, que participam do projeto, ainda serão visitadas. Nas novas aldeias, o trabalho começa com a sensibilização da comunidade em relação à importância do uso controlado do fogo. Além disso, é feito um diagnóstico dos usos do fogo por aquele povo, que variam do Alto para o Baixo Xingu.

O fogo ganhou destaque entre os indígenas em 2010, quando o número de focos de incêndio no PIX chegou a 869. Aldeias inteiras queimadas e roças perdidas estimularam diversas ações a partir daquele ano. Os trabalhos de prevenção e assimilação dos grupos sobre a importância de conscientizar toda a comunidade contribuiu para que o número de focos se reduzisse em 2011.

O ISA passou a fazer também um acompanhamento das causas de incêndio para ajudar no trabalho. Entre as mais frequentes estão: uso do fogo na caçada, para coleta de mel, na pescaria, para limpeza da aldeia ou mesmo para se aquecer. Assim, ficou mais fácil definir o foco do trabalho de prevenção. No período da seca, o ISA gera diariamente um boletim chamado De Olho no Xingu, baseado em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que monitora os focos de calor no PIX. O informativo permite avaliar os locais onde estão os maiores pontos de

incêndio e trabalhá-los com os índios e com as instituições responsáveis pelas brigadas oficiais.

Resultado da assimilação do trabalho desenvolvido no manejo do fogo, desde 2011 os povos Kawaiwete e Yudja assumiram a organização das ações de prevenção e combate em suas regiões e viraram multiplicadores para mostrar aos parentes que não se pode descuidar do fogo. Uma parceria oficial iniciada este ano com a Funai, auxiliou na capacitação de instrutores e na conscientização sobre queima controlada. Desde 2009, o ISA conta com o apoio da empresa Guarany, que dá suporte para uso e fornece equipamentos anti-incêndio.

FOTOS: © ACERVO ISA



Índios treinam combate ao fogo com equipamentos anti-incêndio (no alto). Acima, oficinas ministradas pelo ISA, no PIX.

SAIBA MAIS EM:
[www.socioambiental.org/
nsa/detalhe?id=3623](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3623)

Feira de sementes e mudas faz campanha para arrecadar fundos

O ISA e as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira iniciaram campanha no início de julho para arrecadar fundos para complementar a realização da

V Feira de Sementes e Mudas do Vale do Ribeira. Para isso, entrou no Catarse, um *crowdfunding*, ferramenta de financiamento colaborativo da internet, que permite que qualquer pessoa faça uma doação e receba recompensas em troca.

O teto estabelecido foi de R\$ 30 mil. Caso não se conseguisse chegar à quantia estipulada até 8 de agosto, os recursos arrecadados seriam devolvidos aos doadores. A campanha foi bem sucedida e arrecadou R\$ 31.023,00 doados por 224 apoiadores.

A feira deste ano será realizada em 18 de agosto, no centro da cidade de Eldorado, e será precedida por um seminário sobre roças dia 17. O objetivo do ISA ao promover a feira em parceria com as associações quilombolas é incentivar a troca entre as comunidades para estimular a produção, melhoria e comercialização de sementes e mudas.



Comunidades trocam mudas e sementes durante a I Feira, em 2008

Uso do solo e política indigenista são temas de curso no Xingu

O segundo módulo da formação “Território e Serviços Socioambientais no Xingu” aconteceu entre 13 de maio e 1º de junho, na Coordenação Técnica Local (CTL) Diauarum, no Parque do Xingu (MT). O curso contou com a participação de cerca de 30 indígenas que estão envolvidos em processos sociais, políticos, culturais e ambientais de suas comunidades. A proposta da formação é que eles possam aliar os conhecimentos tradicionais sobre seu território com os conceitos e temas relacionados

às questões de sustentabilidade da Terra Indígena e suas relações com a sociedade envolvente.

Com duração de três anos, o curso está dividido em seis módulos e cinco entre-módulos. O primeiro módulo aconteceu no final de 2011. Em cada uma das etapas, com duração de 20 a 30 dias, são ministradas aulas, incluindo debates e outras atividades. Entre um módulo e outro, os participantes são orientados para desenvolver atividades em suas comunidades e terão acompanhamento de equipe técnica do Programa Xingu, do ISA.

O segundo módulo foi dividido em quatro partes: política indigenista; retomada dos trabalhos realizados pelos alunos nos entre-módulos; paisagens amazônicas e caracterização física das fitofisionomias e usos do solo no território xinguanu; debates e análises das pesquisas realizadas pelos participantes.





© LEANDRO LIMA



Reunião de xamãs no pátio central da aldeia Watoriki

Hutukara realiza II Encontro de Xamãs Yanomami

Em ano de comemoração dos 20 anos de homologação da Terra Indígena Yanomami, a realização do II Encontro de Xamãs reforça a importância do xamanismo na defesa territorial e proteção ambiental. A convite de Davi Kopenawa, presidente da Hutukara Associação Yanomami, 33 dos principais xamãs Yanomami reuniram-se na aldeia *Watoriki* (AM) entre os dias 24 e 28 de abril para trocar experiências e juntar forças na defesa do território indígena invadido por garimpeiros e fazendas. O encontro contou com a participação de Vicente Castro, o mais antigo e prestigiado xamã Ye'kuana, etnia que também vive na Terra Indígena Yanomami.

Assim como o I Encontro, que ocorreu em março de 2011, o II Encontro foi idealizado e organizado pela Hutukara em parceria com o ISA e o Instituto Século XXI (i21), com apoio da Cinemateca Brasileira, e teve a participação de xamãs das regiões do Demini,

Toototobi, Parawau, Novo Demini, Missão Catrimani e Komixi. As grandes pajelanças co-

letivas realizadas durante o evento foram voltadas especialmente para a proteção da "terra-floresta" (*urihi a*), promovendo a "limpeza" xamânica das áreas degradadas pelo garimpo e desmatadas pelas fazendas, intensificando a luta dos espíritos da floresta (*xapiri pë*) contra os invasores.

Outro objetivo do encontro foi consolidar a transmissão dos saberes e rituais xamânicos tradicionais para as novas gerações Yanomami a fim de garantir a perenidade da luta pela defesa da Terra Indígena. Assim, as grandes sessões xamânicas diárias na aldeia contaram com a participação de um contingente de jovens xamãs em processo de formação.

O encontro foi integralmente registrado pelo cinegrafista yanomami Morzaniel Iramari. Cenas deste e do encontro realizado em 2011 resultaram em um filme, *Xapiri*, que foi exibido em junho durante a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro (Rio+20), no estande da Fundação Ford na Cúpula dos Povos. Depois, ficou alguns dias em cartaz no cine Cândido Mendes, em Ipanema (RJ). (Veja mais à página 14.)

SAIBA MAIS EM:

www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3543

Recuperação voluntária das Áreas de Preservação Permanente (APPs) se consolida em Canarana

Iniciado em 2011, o Programa Aroeira, parceria entre a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana (MT), o ISA e produtores rurais, consolidou em abril deste ano o trabalho de seis anos de recuperação de áreas degradadas. O programa estimula ações voltadas à recuperação de nascentes e matas ciliares, contribuindo para a adequação socio-

ambiental das propriedades e, diminuindo o passivo ambiental do município. Canarana é hoje o quarto município em áreas cadastradas, com 60,82%, na região do Araguaia Xingu.

Em 2010, o Viveiro Municipal de Canarana produziu 50 mil mudas e dessas, mais de 40 mil foram distribuídas aos 22 produtores que aderiram ao programa. Desde o início foram 105 hectares plantados, no total – sendo 66 hectares em mudas e outros 39 em plantios com semeadura direta, realizados a partir de parcerias estabelecidas pelo ISA com a organização *The Forest Trust* (TFT), com a Associação Franquia Sustentável (Afras) e com a Usaid. Outras dez mil mudas foram utilizadas em um experimento realizado no município em parceria com a Embrapa Agrossilvipastoril em 16 hectares da Fazenda Angaiá. A ideia é restaurar áreas de Reserva Legal com espécies que apresentam potenciais econômicos para que os produtores avaliem a viabilidade do aproveitamento dessas áreas. Em 2012, a expectativa é produzir 40 mil mudas e incentivar produtores que tenham deixado de plantar suas mudas no ano passado para que voltem a fazê-lo.

Os interessados em recuperar suas Áreas de Preservação Permanente (APPs) devem se cadastrar na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município (Seagri). Depois disso, técnicos da prefeitura e do ISA visitam a propriedade para realizar o diagnóstico da área e, juntamente com o produtor, decidem pela melhor forma de intervenção. As restaurações podem ser feitas com mudas de espécies nativas, que são doadas pela prefeitura, ou por meio do plantio mecanizado de florestas. Apoiado por projetos ou com recursos próprios, o produtor pode adquirir as sementes na Rede de Sementes do Xingu.

Os plantios são iniciados no período das chuvas. Os produtores contemplados pelo programa assumem o compromisso de fazer a manutenção de suas áreas, como a eliminação do capim e o controle de formigas.

© CHRISTIAN KNEPPER



© DIVULGAÇÃO EMBRAPA AGROSSILVIPASTORIL



SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3526

Produção de mudas no Viveiro de Canarana (no alto) e, acima, plantio realizado com a Embrapa.

Formação na Terra do Meio aborda direitos das comunidades

O terceiro módulo do curso Gestão Territorial, iniciado em 2011, com extrativistas da Terra do Meio (PA), trabalhou o acesso aos direitos das comunidades tradicionais e a sistematização do modo de vida das famílias das três Reservas Extrativistas (Resex): do Iriri, do Xingu e do Riozinho do Anfrísio. Realizado na Resex do Riozinho do Anfrísio (PA), o curso é uma parceria do ISA com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). O tema já havia sido abordado de outro ângulo no segundo módulo, realizado em fevereiro, que trabalhou conceitos de direitos, deveres, compromissos e favores. Nesta etapa, a ideia era trazer para a discussão a realidade de outras comunidades e mostrar o processo de construção de políticas que valorizem os modos de vida tradicionais.

Durante 14 dias, entre 14 e 28 de junho, os participantes conheceram experiências da política indigenista e de outras populações extrativistas, como a Resex do Alto Juruá (AC) e de moradores de Estações Ecológicas no sudeste do País – estes estão tendo que lutar pelo direito de manutenção do modo de vida que herdaram de seus antepassados frente à ação de expulsão implementada pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Outro tema abordado foi a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável dessas populações a partir do reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Herculano Porto de Oliveira Filho, um dos participantes do curso, explica o que entendeu sobre o tema abordado: “Nós da Resex vivemos diferente. Por isso é que nós queremos que as coisas aconteçam do nosso jeito. Até porque a nossa organização social e a nossa cultura são totalmente diferentes da

cultura e da organização da cidade. Por isso nós temos direito à diferença. Ter uma educação

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3621



FOTOS: © RAQUEL RODRIGUES/ISA



Moradores debatem direitos e treinam a leitura de mapas

diferente, um atendimento de saúde. Queremos que a nossa cultura, os nossos conhecimentos tradicionais sejam mais reconhecidos”.

Também foram retomados e aprofundados os trabalhos realizados com leitura de mapas. Noções de escala, representações das legendas e orientações dos pontos cardeais estavam nas listas de aprendizado. Utilizando o chão da escola como suporte para a representação das diferentes Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI) que compõem o Mosaico da Terra do Meio, os participantes debateram seu processo de constituição. Uma oficina para aprender a manusear e utilizar aparelhos de GPS foi ministrada e durante a atividade, foram mapeadas áreas de extrativismo de castanha nos arredores da comunidade. O próximo módulo acontecerá em novembro e será na Resex do Rio Iriri.



Rodrigo Junqueira explica a realização do documentário A Resposta da Terra



Beto Ricardo em evento do Fórum Amazônia Sustentável, sobre obras de infraestrutura

O ISA na Rio+20

Um simpósio sobre energia, em 18 de junho, e os lançamentos de um filme, um documentário, uma cartavídeo e o mapa *Amazônia 2012* da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), no dia 19, foram as atividades de destaque do ISA em eventos paralelos durante a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro. O simpósio aconteceu no Planetário da Gávea e os lançamentos, no estande da Fundação Ford, na Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo. Os jornalistas do ISA produziram notícias para os sites do ISA e do Radar Rio+20, projeto desenvolvido em parceria com o Instituto Vitae Civilis e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVCes), com apoio da Fundação Ford (veja mais à página 20). Para isso, acompanharam diversas atividades tanto na Cúpula dos Povos, como o debate sobre os retrocessos ambientais do governo Dilma, manifestações contra o Código Florestal e a hidrelétrica de Belo Monte, quanto as discussões no Rio Centro sobre o documento oficial da Conferência. O Brasil, país anfitrião, assumiu as negociações depois que as delegações estrangeiras não chegaram a um consenso a respeito do documento e praticamente retirou do texto todos os pontos polêmicos. O texto final foi apresentado aos chefes de Estado na abertura da Conferência em 20/6 e aprovado. O ISA também participou de eventos do Fórum Amazônia Sustentável que reuniu empresas e organizações da sociedade civil no teatro Maria Clara Machado.

FOTOS © CLAUDIO TAVARES/ISA (ALTO À DIR.: SILVIA FUTADA/ISA)



Davi Kopenawa Yanomami fala depois da exibição do filme Xapiri



Adriana Ramos durante simpósio de energia no Planetário da Gávea

Simpósio sobre Energia

Chamado *Setor Elétrico Brasileiro e Sustentabilidade no século 21: Oportunidades e Desafios* teve três painéis e ao final o lançamento de uma publicação homônima. O objetivo foi discutir a diversificação da matriz energética nacional com a participação de especialistas, governo, setor privado e sociedade civil a respeito de experiências inovadoras e novas formas de geração de energia no Brasil. A falta de transparência e participação da sociedade no setor elétrico e a insistência do governo em investir em grandes hidrelétricas foram alvo de críticas. Vários dos participantes condenaram a usina de Belo Monte, que está sendo construída em Altamira (PA). O evento foi uma realização da Amazon Watch, Instituto Humanitare e Prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com TckTckTck, ISA, Rios Internacionais e Movimento Gota D'Água.

Entre os participantes dos painéis estavam o professor e pesquisador da Universidade de São Paulo, Celio Bermann, o diretor do Greenpeace, Marcelo Furtado, o procurador do Ministério Público, Felício Pontes, o secretário de planejamento e desenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, Élbina Melo, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Dany Kennedy, fundador e presidente da empresa Sungevity, dos EUA e Jigar Shah, membro do conselho de administração da Carbon War Room, entre outros. A secretária executiva adjunta do ISA, Adriana Ramos, mediu o primeiro dos três painéis, que tratou de políticas públicas para o setor energético.

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3591

Ao final foi lançada a publicação *Setor Elétrico Brasileiro e Sustentabilidade no século 21: Oportunidades e Desafios*, resultado de esforços do ISA, Greenpeace Brasil, Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Rios Internacionais,

Amazon Watch e Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS). A publicação está disponível para download em <http://www.simpósioenergia.com.br/?area=publicacao&lingua=pt-br>

Carta-vídeo faz alerta

O cineasta indígena Kamikiá Kisêdjê apresentou vídeo com depoimentos de homens e mulheres que vivem na Terra Indígena Wawi, na entrada do Parque Indígena no Xingu, em Mato Grosso, produzido com apoio do ISA. Os depoimentos giraram em torno das mudanças do clima e do desmatamento.

A resposta dos agricultores

A Resposta da Terra, documentário coordenado pela Articulação Xingu Araguaia (AXA), conta a história de agricultores que passaram de desmatadores a pioneiros na restauração florestal nas bacias do Xingu e Araguaia. A produção executiva do documentário foi do ISA e a realização apoiada pelo subprograma Projetos Demonstrativos/Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (PDA/Padeq – MMA), do Ministério do Meio Ambiente.

Xapiri, xamanismo yanomami

Xapiri, termo yanomami que designa tanto os xamãs, os homens espíritos (*xapiri thëpë*) quanto os espíritos auxiliares (*xapiri pë*), é um filme experimental sobre o Xamanismo Yanomami, produzido durante dois encontros de xamãs na aldeia *Watoriki* em março de 2011 e abril de 2012. Foi concebido para levar em conta duas noções diferentes de imagem: a dos yanomami e a dos “brancos”. A ideia é mostrar para públicos de culturas diferentes, o modo pelo qual os xamãs “incorporam” os espíritos e como seus corpos e suas vozes se transformam tanto no contato com os espíritos quanto ao “passar” de um a outro espírito. A produção foi do ISA e da Cinemateca Brasileira e a realização da Hutukara Associação Yanomami (HAY) e do Instituto Século XXI (i21). O lançamento contou com a presença do líder indígena Davi Kopenawa Yanomami. Sobre o lançamento do mapa *Amazônia 2012 Áreas Protegidas e Territórios Indígenas*, veja matéria completa à página 18.

Visitas ao site

Maio/Julho de 2012*
698.006

(*) Aqui incluídos os sites Plb, Pibinho, Socioambiental, Radar Rio+20, UCs, Tis, Cílios do Ribeira, Y Ikatu Xingu e De Olho no Fundo Amazônia.

Indígenas afetados por Belo Monte promovem ações de protestos

Os protestos contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte foram um dos destaques na Rio+20, a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em junho no Rio de Janeiro. O incansável cacique kayapó Raoni Metuktire liderou alguns. Um deles aconteceu na manhã em 20/6, em uma via de acesso ao Rio Centro, em Jacarepaguá (veja foto na capa desta publicação). Apesar da chuva fina que caía, os índios não desistiram da caminhada até o local oficial da conferência, com a intenção de falar aos chefes de Estado ali presentes. Só conseguiram ficar frente a frente com um cordão de isolamento da tropa da choque e levaram de volta a promessa do secretário geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, de que negociaria o encontro.

Enquanto esses protestos aconteciam no Rio de Janeiro, longe dali, no canteiro de obras da usina de Belo Monte, no Pará, índios xikrin, juruna e arara, ocupavam o sítio Pimental, independentemente de qualquer vinculação com os movimentos sociais da região e mesmo com o movimento de Raoni. Queriam a paralisação da obra até que as condicionantes – que deveriam ser cumpridas pela Norte Energia a partir do momento em que o Ibama concedeu a Licença de Instalação da obra – fossem cumpridas, entre elas a desintrusão de Terras Indígenas, a implantação de sistemas de água e o mecanismo de transposição de embarcações para garantir o acesso de ribeirinhos e indígenas à cidade, quando o rio for definitivamente barrado. Os indígenas pediam ainda indenizações pelos danos que já estão sofrendo.

A inexistência de compensações previamente negociadas com os povos indígenas são decorrentes da ausência de um processo de consulta onde eles pudessem apresentar suas reivindicações diante dos impactos decorrentes da construção do empreendimento. E o modelo adotado pela empresa para discutir as indenizações, acabou passando a imagem de que os índios extorquem

a Norte Energia, quando o que eles querem é ser ressarcidos pelos danos que já estão sofrendo. Depois de 21 dias, os cerca de 300



Índios xikrin, juruna e arara durante a ocupação da enseadeira no sítio Pimental

índios de 21 etnias diferentes concordaram em deixar o canteiro de obras em troca de voadeiras, televisores e um conjunto de promessas de compensações futuras, que se somaram à longa lista de compromissos assumidos pela empresa. A advogada Biviany Rojas, do ISA, acompanhou parte das negociações.

Duas semanas depois desse episódio, três engenheiros da empresa foram retidos pelos Arara na aldeia Miratu, na Terra Indígena Paquisamba. Eles foram explicar como seria o mecanismo de transposição de embarcações, que vai garantir o direito de ir e vir de indígenas e ribeirinhos e deveria ter sido proposto e aprovado antes que a Licença de Instalação fosse concedida. Mas não se fizeram entender e os índios, inseguros, não os deixaram sair enquanto a Norte Energia não cumprisse os acordos feitos no início de julho. Em 27 de julho, os indígenas conseguiram se reunir com representantes da Norte Energia a quem deram novo voto de confiança. Libertaram os engenheiros e novos prazos foram estabelecidos para o cumprimento das condicionantes. Durante a reunião, o Ministério Público Federal – que ajuizou nova ação contra a empresa e o Ibama pedindo a anulação da Licença de Instalação pelo descumprimento das condicionantes – reforçou a demanda indígena.

SAIBA MAIS EM:
[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3596, 3614, 3628 e 3630](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3596,3614,3628%20e%203630)

Dilma faz vetos superficiais a projeto aprovado pela Câmara e edita MP

Em maio, a Presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei Federal nº 12.651, instituindo um novo Código Florestal, e editou uma MP (Medida Provisória) para “remediar” a situação deixada pelo veto em relação a alguns pontos do projeto aprovado pelo Congresso. A MP tenta resgatar pontos da proposta aprovada pelo Senado, no final do ano passado.

Dilma desprezou, assim, a grande campanha pelo veto integral que tomou conta do Brasil atendendo aos interesses dos setores organizados do agronegócio e de sua base parlamentar. Entre os pontos vetados,

estava o que previa uma proteção bem menor (anistia) a rios e nascentes ilegalmente desmatados até 2008. A MP, no entanto, repôs esse ponto, só que estabelecendo um escalonamento: quanto menor a propriedade, menor a obrigação de recuperar (*veja tabela ao lado*).

Com o veto parcial e a MP, o Brasil ganhou uma nova lei florestal que anistia boa parte dos desmatamentos ilegais, reduz a proteção a áreas ainda protegidas e é um incentivo à retomada ao desmatamento, que vem caindo nos últimos anos. Assim, Dilma deixa de cumprir promessa de sua campanha nas eleições de 2010.

Código Florestal: como era e como ficou

| | | Lei Federal 4771/65 (Código Florestal revogado) | Lei Federal 12651/12 (Código Florestal aprovado) | |
|---------------|------------------------|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | Área não desmatada | Área desmatada até 2008 |
| Reserva Legal | Geral | 20%, sem contar APP | 20%, incluindo APP | 0% a 20%, incluindo APP, a depender do tamanho do imóvel e data do desmatamento |
| | Amazônia | 35% e 80%, sem contar APP | 20%, 35%, 50% e 80%, incluindo APP | 0% a 80%, incluindo APP, a depender do tamanho do imóvel, data do desmatamento, existência de zoneamento, tamanho de áreas protegidas no município ou estado |
| APPs | Rios < 10m | 30m, a partir do leito maior | 30m, a partir do leito regular | 0 a 30m, a partir do leito regular, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele |
| | Rios entre 10m e 50m | 50m, a partir do leito maior | 50m, a partir do leito regular | 0 a 30m, a partir do leito regular, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele |
| | Rios entre 50m e 100m | 100m, a partir do leito maior | 100m, a partir do leito regular | 0 a 50m, a partir do leito regular, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele |
| | Rios entre 100m e 200m | 100m, a partir do leito maior | 100m, a partir do leito regular | 0 a 100m, a partir do leito regular, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele |
| | Rios de mais de 200 m | 200m a 500m, a partir do leito maior | 200m a 500m, a partir do leito regular | 0 a 100 m, a partir do leito regular, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele |
| | Nascentes | Todas, num raio de 50m | Só as perenes, num raio de 50m | Só as perenes, num raio de 0 a 15 metros, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele |
| | Encostas | Sim, acima de 45° | Sim, acima de 45° | Não protegidas |
| | Topos de morro | Sim, no terço superior | Sim, no terço superior, mas novo conceito para morro reduz drasticamente área protegida | Não protegidas |
| | Manguezais | Sim, em toda sua extensão | Sim, mas as feições apicum e salgado podem ser explorados entre 10% (Amazônia) e 35% (restante do país) de sua extensão | Sim, mas apenas os que não tenham carcinicultura ou salinas instaladas; áreas degradadas podem ser ocupadas por conjuntos habitacionais |

A votação

A edição da MP jogou para depois das eleições municipais, em outubro, a resolução do assunto. Confiando em uma estratégia política duvidosa, o governo optou por não retirar da lei os pontos prioritários para a bancada ruralista e incluir na MP boa parte dos pontos que ela havia rejeitado. Novamente, quem dará a palavra final é a Câmara, que, orientada pelo lobby ruralista, havia recusado o texto abençoado pelo governo no Senado. Agora os deputados não têm nenhuma pressa em votar a MP, que perde sua validade em outubro.

Para tentar aprová-la, o governo fez várias concessões à bancada do agronegócio. Reduziu a necessidade de recuperação de matas ciliares, por exemplo. Pelo texto aprovado no Congresso, todos teriam que recuperar pelo menos 15 metros em cada lado do rio. Agora, a área restaurada pode ser de apenas 5 metros, dependendo do tamanho da propriedade e da largura do rio. Em muitos imóveis, se já houver outras Áreas

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3561 e 3615
OU
www.socioambiental.org/nsa/direto/direto_html?codigo=2012-05-29-094409

de Preservação Permanente (APPs), como encostas, que cubram até 20% da área, nem os 5 metros serão recuperados.

APPs de beira de rio (segundo texto aprovado até agora)

| Tamanho da propriedade (módulos fiscais) | Largura do rio | | % da propriedade em APP |
|------------------------------------------|----------------|--------------|-------------------------|
| | Até 10 m | Mais de 10 m | |
| 0 - 1 | 5 m | 5 m | 10% |
| 1 - 2 | 8 m | 8 m | 10% |
| 2 - 4 | 15 m | 15 m | 20% |
| 4 - 10 | 20 m | 30-100 m | 25% |
| >10 | 30 m | 30-100 m | sem limite |

Na lei antiga, agora revogada, a recuperação deveria ser de 30 a 500 metros, de acordo com a largura do rio, independentemente do tamanho da propriedade. No dia 12 de julho, a comissão mista que analisa a MP aprovou o relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) sobre a matéria. No início de agosto, começaram a ser votadas as emendas ao parecer. Nele, o relator reduziu ainda mais a necessidade de recomposição de matas ciliares ilegalmente desmatadas. Pelo texto, a recuperação de APPs ficará limitada a no máximo 25% de propriedades que tenham entre quatro e dez módulos fiscais.

A CAMPANHA CONTINUA:
www.florestafazadiferenca.org.br

Extrativistas reivindicam plano de proteção para a Resex do Xingu

Durante reunião do Conselho da Resex do Xingu, na Terra do Meio, realizada em abril, os moradores pediram estratégia de proteção para seu território, sistematicamente invadido por madeireiros e grileiros, e atendimento à saúde e educação. Preocupados com os impactos que a construção da usina de Belo Monte poderá causar a eles, cobraram novamente a inclusão do local como área afetada pela hidrelétrica. Há dois anos eles solicitam a inclusão, sem resposta

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3550

das autoridades. A Resex não consta no Plano Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte e não tem

condicionantes a serem cumpridas, diferentemente do que acontece com as Terras Indígenas vizinhas, que compartilham o mesmo rio.

Os principais focos de pressão no território da Resex vêm da parte norte, com entrada pelo Parque Nacional da Serra do Pardo e do Rio Xingu, a partir de Altamira e São Félix do Xingu. Para cobrar uma solução, uma comissão preparada pelos moradores e instituições que trabalham no local irá a Brasília nos próximos meses cobrar do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério Público Federal e Ibama uma resposta à demanda.



© CLAUDIO TAVARES/ISA

Lançamento reuniu mais de 100 pessoas no estande da Fundação Ford, no Rio de Janeiro

Raisg publica mapa Amazônia 2012

A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) apresentou em junho, durante a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), o mapa *Amazônia 2012 Áreas Protegidas e Territórios Indígenas* atualizado e corrigido em relação à primeira edição, publicada em 2009. O lançamento aconteceu simultaneamente em alguns países que compõem a rede, como Bolívia e Peru. No Brasil, o mapa foi apresentado no estande da Fundação Ford, no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, por Beto Ricardo e Cícero Augusto, do ISA e Carlos Souza Júnior, do Imazon.

A apresentação incluiu o processo de avaliação do desmatamento na Panamazônia, assim como a elaboração de um Atlas com as ameaças sobre as áreas protegidas e territórios indígenas da Amazônia, que será lançado pela rede até o final deste ano. Estiveram presentes ao lançamento Ricardo Abad, do Instituto Centro de Vida (ICV), Jon Paul Rodriguez, do Centro de Ecologia/IVIC, da Venezuela, Janette Ulloa, da Ecociência do Equador e Ramon



Rubio, da Fundação Gaia, da Colômbia. O mapa disponível em versão impressa e digital em três línguas (português, espanhol e inglês), apresenta uma visão transfronteiriça e socioambiental, necessária para se compreender a Amazônia. Traz informações sobre os 7,8 milhões de km² da região, compartilhada por nove países, cuja população alcança 33 milhões de pessoas, incluindo 385 povos indígenas, e que é estratégica para o equilíbrio do planeta. Esse trabalho é realizado por 11 instituições de pesquisa especialmente vinculadas à sociedade civil dos países amazônicos. Os arquivos digitais do mapa assim como o mapa online podem ser acessados em **raisg.socioambiental.org**, onde também se encontram notícias e artigos relacionados à Amazônia. A Raisg conta com o apoio da Fundação Avina, Fundação Ford, Fundação Rainforest da Noruega (RFN) e Fundação Skoll e é coordenada pelo ISA.

De Olho nas Terras Indígenas de Roraima

O projeto piloto De Olho nas Terras Indígenas de Roraima, parceria do programa Monitoramento do ISA com o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e apoio da Cafod, realizou atividades em maio e junho, em Boa Vista. O objetivo é levantar dados para alimentar indicadores para cinco Tis no lavrado de Roraima: Anta, Pium, Raimundão, Boquerirão e Sucuba. Para isso, a equipe do Monitoramento realizou uma oficina de capacitação para uso de um questionário de levantamento de informações socioambientais. A atividade contou com a participação de 19 pessoas, entre integrantes da coordenação do CIR, representantes do ISA de Boa Vista, lideranças indígenas, estudantes indígenas e os cinco agentes ambientais indígenas responsáveis pelo levantamento junto às comunidades.

Durante a oficina, foram apresentados os temas e as perguntas do levantamento socioambiental e discutidas algumas noções sobre indicadores e pressões e ameaças às TIs. Além disso, houve

a inclusão de sugestões e preocupações dos participantes no questionário e a alteração do nome do projeto para “Makuchana: em busca de autonomia e sustentabilidade das Terras Indígenas”. Nas últimas semanas de junho, a equipe do Monitoramento foi à região do Taiano para realizar as atividades de acompanhamento do trabalho dos agentes ambientais indígenas.

Durante as visitas, os agentes puderam dividir suas dificuldades na realização do levantamento e debater, junto com a comunidade, alguns dos principais problemas socioambientais vividos no dia a dia. As discussões foram subsidiadas por cartas-imagem elaboradas pela equipe do ISA e distribuídas para cada comunidade. Além de recolher a primeira parte do questionário socioambiental, a equipe do ISA disponibilizou ao CIR cinco câmeras fotográficas que serão usadas pelos agentes na identificação de pressões e ameaças nas demais etapas do levantamento.

Livro conta a história da educação escolar indígena no Rio Negro

Educação Escolar Indígena do Rio Negro 1998-2011, Relatos de experiências e lições aprendidas, editado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e pelo ISA, faz um resumo do projeto de Educação desenvolvido por ambas as instituições. São treze anos de educação escolar indígena no Alto Rio Negro, contados ao longo de mais de 400 páginas, descrevendo os processos pelos quais passaram as diferentes escolas indígenas da região com artigos, depoimentos e entrevistas. O projeto tem apoio de longo prazo da Fundação Rainforest da Noruega, da Norad e apoio institucional da Cooperação Austríaca, do Horizont3000, Aliança pelo Clima e Fundação Gordon & Betty Moore. O livro foi organizado pela antropóloga Flora Cabalzar que trabalhou durante muitos anos no projeto, com apoio do Instituto Arapyauá.

Entre 1998 e 2011, período que a publicação abrange, foram muitas as conquistas dos povos indígenas rionegrinos em relação à educação escolar, com a implantação de projetos diferenciados muito bem-sucedidos. É o caso das escolas Baniwa-Coripaco (como a

Escola Pamáali), no Rio Içana e de algumas escolas Tuyuka e Tukano, no Rio Tiquié. A proposta político-pedagógica dessas escolas valoriza os conhecimentos indí-

genas, sem prejuízo dos conhecimentos e ciências dos “brancos”. Reaproxima as crianças e jovens dos velhos conhecedores, alfabetiza as crianças em sua língua materna e estimula o ensino por meio de pesquisas colaborativas e interculturais com a participação de pesquisadores indígenas e parcerias com universidades.

Dividida em três partes, Projeto de Educação Foirn/ISA; Experiências regionais; e Temas, a publicação traz um rico ensaio fotográfico com cenas que retratam o cotidiano da produção de conhecimento e pesquisas e resgata imagens antigas, quando o ensino escolar indígena na região estava a cargo, exclusivamente, da diocese salesiana. A publicação está à venda na loja do site do ISA (www.socioambiental.org/loja).



Radar Rio+20

O projeto de capacitação para jornalistas para a cobertura da Rio+20 continuou em maio com um workshop denominado *Focos e táticas para a cobertura*. Realizado na FGV, em São Paulo, em duas manhãs, teve a participação de 20 profissionais no primeiro dia e 15 no segundo. Pedro Ivo Batista, da Associação Alternativa Agir Azul, falou sobre as articulações da sociedade civil e as expectativas. Aron Belinky, do Vitae Civilis, fez um resumo dos eventos que iriam acontecer em diferentes locais do Rio de Janeiro. Houve debates e sessão de perguntas e respostas. No segundo dia do workshop, os jornalistas se dividiram em três grupos para debater cobertura da mídia, governança e economia verde em formato world café.

Ainda em maio, o layout da home page do site radarrio20.org.br foi reformulado para receber um mapa com os lugares que iriam abrigar os diversos eventos da Rio+20, além de um canal com notícias produzidas durante a conferência pelo ISA e seus parceiros. Bem visitado o site registrou de janeiro a julho, 148 mil visitantes, quando se encerrou o projeto.

Três programetes e dois spots de rádio foram produzidos para explicar de forma simples os principais temas em debate. Foram veiculados por 56 emissoras de todo o Brasil. No final de maio, a parceria do Radar com a rádio Estadão/ESPN encerrou-se com a realização do debate sobre Economia Verde, no auditório da FGV, em São Paulo, com transmissões ao vivo.

O jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou e cobriu este e os debates anteriores, com matéria no caderno Planeta do início de junho.

Cartô Brasil 5 radiografa a Bacia do Rio Xingu

O quinto volume da série Cartô Brasil Socioambiental *De Olho na Bacia do Xingu*, elaborado pela equipe do Programa Xingu do ISA, faz um retrato completo da sociobiodiversidade da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, no Mato Grosso e no Pará. Informações sobre a bacia, as áreas protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação), a vegetação, a fauna e as populações indígenas e ribeirinhas que ali habitam são alguns dos capítulos da publicação, ilustrada com mapas, fotos e tabelas. Dividida em dez capítulos, *De Olho na Bacia do Xingu* traz ainda dados sobre a estrutura fundiária e a ocupação, informações sobre a economia da região, indicadores sociais, mineração, adequação socioambiental, desmatamento e queimadas. A questão da infraestrutura também é abordada com destaque para a polêmica usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Os capítulos apresentam siglários, glossário e uma seção chamada Fique por dentro que explica conceitos básicos como, por exemplo, grilagem e terras devolutas. Publicação indispensável para quem quiser conhecer e entender melhor a diversidade socioambiental da Amazônia brasileira, da qual o Xingu é uma forte referência.



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Jurandir Craveiro e Tony Gross; **Secretário Executivo:** André Villas-Bôas; **Secretária executiva adjunta:** Adriana Ramos.

APOIO INSTITUCIONAL Icco (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Christiane Peres e Oswaldo Braga de Souza.

Ilustrações e logomarca: Rubens Matuck; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira. **Visite nosso site:** www.socioambiental.org

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRÁSILIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA EL DORADO** Rua Paula Souza, 103, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua Professora Beliza de Castro, 3253, Jd. Independente II, 68372-530, Altamira (PA), tel: (93) 3515-0293.